

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

FRANCIANE DE PAULA SILVA OSORIO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: POLÍTICAS, AVANÇOS E
DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR**

Volta Redonda

2024

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: POLÍTICAS, AVANÇOS E
DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do UNIFOA como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aluna:
Franciane de Paula Silva Osório

Orientadora:
Prof^a. Dr^a Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

**VOLTA REDONDA
2024**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

Educação Inclusiva no Brasil: Políticas, avanços e desafios no ensino superior.

Elaborado por: Franciane de Paula Silva Osório

apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Serviço Social

Aprovada em 18 de Novembro de 2024

Banca Avaliadora:

.....
Professor Orientador
Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara, Doutora, UniFOA.....
Professor Avaliador
Karin Alves do Amaral Escobar, Mestra, UniFOA.....
Professor Avaliador
Mônica Santos Barison, Doutora, UniFOA

Dedico este trabalho a todos aqueles que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a realização deste projeto.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e demais membros da instituição de ensino, cujo empenho e compromisso com a formação acadêmica foram essenciais. Cada aula, cada discussão e cada desafio proposto ao longo dos anos de estudo contribuíram significativamente para o amadurecimento intelectual e para a construção do conhecimento que culminou neste trabalho. A formação proporcionada por todos esses profissionais certamente ficará marcada como um dos pilares desta conquista.

Agradeço também à minha família, base de apoio incondicional, que merece um agradecimento especial. A paciência, a compreensão e o incentivo em todos os momentos, especialmente nos mais desafiadores, foram fundamentais para que a perseverança e a dedicação ao longo da realização deste trabalho não esmorecessem. O suporte emocional oferecido, muitas vezes silencioso, foi de grande valia para que o equilíbrio e o foco fossem mantidos durante todo o processo.

RESUMO

O trabalho aborda a educação inclusiva no Brasil, com foco nas políticas, avanços e desafios no ensino superior, destacando o contexto histórico e legislativo desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. O objetivo é analisar a evolução das políticas de inclusão, com ênfase na aplicação no ensino superior, discutindo também os desafios enfrentados por estudantes com transtornos de aprendizagem, como a dislexia. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, analisando documentos oficiais, estudos de caso e artigos científicos sobre o tema, além de dados institucionais do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFoa). Os resultados indicam avanços significativos nas políticas inclusivas, especialmente com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, embora desafios persistam na adaptação das infraestruturas e formação de docentes. A inclusão no ensino superior ainda encontra limitações, com algumas instituições destacando-se na implementação de práticas inclusivas. A conclusão aponta que, apesar dos avanços legislativos, a implementação prática da inclusão no ensino superior exige contínuo aperfeiçoamento, sendo necessário maior esforço para garantir a plena inclusão e equidade educacional para todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Transtornos de aprendizagem; Dislexia; Educação superior; Cidadania.

ABSTRACT

This paper addresses inclusive education in Brazil, focusing on policies, advances, and challenges in higher education, highlighting the historical and legislative context since the enactment of the 1988 Federal Constitution. The objective is to analyze the evolution of inclusion policies, with an emphasis on their application in higher education, also discussing the challenges faced by students with learning disabilities, such as dyslexia. The methodology used was a bibliographic review, analyzing official documents, case studies, and scientific articles on the subject, in addition to institutional data from the Volta Redonda University Center (UniFoa). The results indicate significant advances in inclusive policies, especially with the 2008 National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education, although challenges persist in adapting infrastructure and training teachers. Inclusion in higher education still faces limitations, with some institutions standing out in the implementation of inclusive practices. The conclusion indicates that, despite legislative advances, the practical implementation of inclusion in higher education requires continuous improvement, and greater efforts are needed to ensure full inclusion and educational equity for all students.

Keywords: Inclusive education; Learning disorders; Dyslexia; Higher education; Citizenship.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR: O EXEMPLO DA DISLEXIA	12
2.1. O que é dislexia e quais são suas características cognitivas e comportamentais?	13
2.2. Impacto da dislexia no desempenho acadêmico	15
2.3. Alunos disléxicos e vulnerabilidade ao <i>bullying</i> e a discriminação	17
3. O QUE É A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	21
3.1. Breve síntese dos avanços legais em prol da educação inclusiva	22
3.1.1. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	24
3.1.2. Política Nacional de Educação Especial Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (2020)	25
3.1.3. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2023)	26
3.2. Em defesa da educação inclusiva no Brasil	28
4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO NÍVEL SUPERIOR: AVANÇOS E LIMITES	31
4.1. Panorama histórico do debate sobre educação inclusiva no ensino superior	33
4.1.1. Alguns exemplos de iniciativas da política de educação inclusiva no ensino superior	35
4.1.2. A experiências do Centro Universitário de Volta Redonda com a política de educação	37
5. CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva emerge como uma resposta robusta aos desafios de garantir igualdade de oportunidades no sistema educacional, reconhecendo e valorizando a diversidade entre os alunos. No Brasil, a política de educação inclusiva representa um marco crucial na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, refletindo um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Historicamente, a educação para pessoas com deficiência esteve marcada por abordagens segregacionistas, onde escolas e instituições especializadas atendiam exclusivamente a esse público, criando uma separação clara entre alunos com e sem deficiência. A partir da década de 1990, influenciados por movimentos internacionais de direitos humanos e políticas públicas inclusivas, houve uma mudança paradigmática significativa em direção à inclusão de todos os alunos em ambientes educacionais comuns. A Declaração de Salamanca de 1994, um documento fundamental nesse processo, enfatizou que as escolas comuns deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

No contexto brasileiro, a promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou um ponto de inflexão, estabelecendo a educação como um direito de todos, sem discriminação. Este marco legal foi complementado por uma série de legislações subsequentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Lei nº 10.098/2000, conhecida como a Lei de Acessibilidade, e a Lei nº 13.146/2015 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que fortaleceram o direito ao atendimento educacional especializado e à acessibilidade em todos os espaços e serviços educacionais. Essas legislações destacaram a necessidade de uma educação que não apenas integre, mas que verdadeiramente inclua alunos com deficiência, promovendo equidade e qualidade no ensino.

A implementação da educação inclusiva, contudo, enfrenta desafios complexos, como a adaptação das infraestruturas escolares, a formação contínua de professores e a necessidade de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados. A inclusão no ensino superior se apresenta como uma nova fronteira, exigindo políticas e práticas específicas para garantir que estudantes com deficiência possam participar plenamente desse nível educacional. Instituições de ensino superior têm sido

desafiadas a criar ambientes acessíveis e inclusivos, adaptando currículos e metodologias pedagógicas para atender às diversas necessidades de seus alunos.

Ao examinar a evolução histórica, os marcos legislativos e as práticas atuais de educação inclusiva no Brasil, este trabalho pretende contribuir para um entendimento mais aprofundado dos avanços e obstáculos na construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo. A educação inclusiva, como direito humano fundamental, não só beneficia os alunos com deficiência, mas enriquece a experiência educacional de todos, promovendo uma sociedade mais empática, solidária e respeitosa das diferenças.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução e a implementação da política de educação inclusiva no Brasil, com ênfase nas mudanças legais e normativas que têm moldado essa trajetória. Busca-se compreender como essas políticas têm sido aplicadas, especialmente no contexto do ensino superior, e quais são os principais desafios enfrentados para garantir a inclusão efetiva de estudantes com deficiência nesse nível de ensino.

Como objetivos específicos, o estudo pretende: examinar os principais marcos legais e normativos que fundamentam a política de educação inclusiva no Brasil, destacando seus avanços e limitações; analisar as práticas e iniciativas adotadas por instituições de ensino superior para promover a inclusão de estudantes com deficiência, identificando as dificuldades e os êxitos encontrados nesse processo; e refletir sobre as condições de formação para alunos com transtornos de aprendizagem, com foco específico na dislexia, avaliando as práticas educacionais que favorecem ou dificultam a inclusão desses alunos.

O presente estudo adotou a revisão bibliográfica como método principal para a coleta de dados, explorando diversas bases de dados que oferecem um amplo acervo de pesquisas e literatura relevante sobre educação inclusiva. A escolha desse método deve-se à sua capacidade de fornecer uma visão abrangente e consolidada do conhecimento existente, permitindo o acesso a uma vasta gama de fontes acadêmicas, incluindo volumes, ensaios, teses e monografias, que são essenciais para uma compreensão aprofundada do tema em questão. A pesquisa incluiu a análise de documentos oficiais, estudos de caso e artigos científicos, que oferecem uma visão detalhada sobre as políticas e práticas de educação inclusiva, especialmente no ensino superior.

Para alcançar as informações específicas sobre as experiências de universidades brasileiras, com um foco particular no Centro Universitário de Volta Redonda (UniFoa), foi realizada uma busca detalhada em bases de dados acadêmicas e institucionais. As informações foram coletadas a partir de relatórios institucionais, publicações acadêmicas e artigos que descrevem as práticas e políticas de inclusão adotadas pelo UniFoa. Foram analisados documentos institucionais disponibilizados pela própria universidade, que detalham suas estratégias e abordagens para promover a inclusão de estudantes com deficiência.

O desenvolvimento deste trabalho é estruturado para compartilhar, no Capítulo 1, reflexões sobre a condição dos alunos com transtornos de aprendizagem, focando nas possibilidades de formação para estudantes com dislexia, examinando práticas e desafios específicos para garantir sua inclusão e sucesso acadêmico. O Capítulo 2 apresenta os marcos legais e normativos que fundamentam a política de educação inclusiva no Brasil, explorando seus avanços e limitações. Já no Capítulo 3 é abordado o percurso de implementação da educação inclusiva no ensino superior, com destaque para as experiências e iniciativas de universidades que buscam promover a inclusão nesse nível educacional.

A relevância deste trabalho é destacada pela necessidade urgente de aprofundar o debate sobre educação inclusiva, particularmente no ensino superior, onde as práticas de inclusão ainda estão em desenvolvimento. A análise das políticas e práticas inclusivas é fundamental para entender como o sistema educacional pode se adaptar para atender às necessidades de todos os estudantes, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa. O Serviço Social, como uma profissão comprometida com a promoção dos direitos humanos e a justiça social, precisa se apropriar desse tema, pois a educação inclusiva está intrinsecamente ligada à luta por igualdade de oportunidades e pela eliminação de barreiras sociais e institucionais que excluem indivíduos com deficiência.

2. TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR: O EXEMPLO DA DISLEXIA

A trajetória educacional de uma pessoa que tem transtorno de aprendizagem não é fácil. Não apenas pelas questões que envolvem sua condição de saúde em si, mas por causa dos impactos que esta condição pode trazer para sua vida social.

Pessoas com transtorno de aprendizagem requerem uma atenção particularizada e apoio neuropsicopedagógico, social e familiar em qualquer nível de ensino, para que suas múltiplas necessidades possam ser acolhidas e seu tempo de aprendizado respeitado.

Para a Organização Mundial de Saúde (1993) a classificação de transtornos mentais e de comportamento – CID 10, denomina dificuldade de aprendizagem como transtornos nos quais as modalidades habituais de aprendizado estão alteradas desde as primeiras etapas do desenvolvimento. A OMS, no entanto, declara que o uso do termo transtorno visa evitar problemas inerentes ao uso do termo doença ou enfermidade (SANCHEZ; OLIVEIRA, 2011).

Esse entendimento é importante para nos guiar por uma outra perspectiva de análise dos transtornos de aprendizagem: a educacional. Se o transtorno de aprendizagem é reconhecido como um distúrbio que afeta a capacidade de uma pessoa em adquirir ensinamentos e processar informações, devido ao comprometimento de uma ou mais funções neuropsicológicas, isso dificultará sua aquisição de aptidões sociais.

Entre os transtornos de aprendizagem citados por Capovilla e Montiel (2008) temos a dislexia (dificuldade com a leitura e a compreensão de textos), disortografia (dificuldade do aprendizado e do desenvolvimento da habilidade da escrita, caracterizada por dificuldade em soletrar em voz alta e por escrever corretamente), disgrafia (disfunção da integração sensório-motora que acarreta problemas de ordenação, sequenciação, planificação e execução da escrita) e a discalculia (prejuízo específico das habilidades de matemática, atraso de desempenho esperado para a faixa etária).

Desta forma, crianças, adolescentes, jovens e adultos, que tenham algum tipo de transtorno de aprendizagem, vivem um processo de aprendizado diferente, que pode ser mais lento e mais difícil e, justamente por isso, os coloca num lugar muito

propenso para a vivência de preconceitos, discriminações e *bullying* que afetarão diretamente na forma como estabelecerão suas relações sociais.

Dar a atenção devida aos transtornos de aprendizagem é, portanto, mais que viabilizar o acesso a uma escolarização, é possibilitar uma educação para a vida. Não é apenas buscar estratégias para sua permanência nos espaços escolares e acadêmicos, mas sim, contribuir para uma formação que permita ao sujeito uma participação efetiva nas suas relações familiares, de trabalho, de sociabilidade.

2.1.O que é dislexia e quais são suas características cognitivas e comportamentais?

A dislexia é um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizado por dificuldades na habilidade de decodificar palavras fluentemente e de forma precisa. Essas dificuldades interferem na capacidade do indivíduo em ler com eficiência e compreender textos, apesar de uma inteligência adequada e de oportunidades de aprendizagem adequadas. Essa condição afeta a maneira como o cérebro processa a linguagem escrita e pode persistir ao longo da vida (PEREIRA; SILVA, 2023).

As características cognitivas da dislexia estão relacionadas principalmente ao processamento fonológico, que envolve a capacidade de segmentar, manipular e reconhecer os sons da linguagem falada. Indivíduos com dislexia frequentemente têm dificuldade em associar sons a letras e em reconhecer padrões fonéticos, o que prejudica a sua capacidade de decodificar palavras. A memória de trabalho verbal também pode ser comprometida, afetando a capacidade de reter e manipular informações fonológicas temporárias (LUZ; CRUZ, 2022).

Do ponto de vista neurológico, estudos utilizando técnicas de neuroimagem funcional têm revelado diferenças estruturais e funcionais no cérebro de pessoas com dislexia. Essas diferenças geralmente envolvem áreas cerebrais responsáveis pelo processamento da linguagem, como o córtex temporal e parietal esquerdo. Anormalidades na conectividade funcional entre essas regiões também foram observadas, o que pode impactar a integração de informações durante a leitura (DOS SANTOS, 2020).

No nível comportamental, as dificuldades de leitura associadas à dislexia podem se manifestar de diversas formas. Além das dificuldades na decodificação de

palavras, os indivíduos com dislexia podem apresentar lentidão na leitura, erros de compreensão e dificuldades em acompanhar o ritmo de leitura dos colegas. Essas dificuldades podem levar a sentimentos de frustração, baixa autoestima e evasão escolar se não forem identificadas e abordadas precocemente (RODRIGUES; KOSLOSKI, 2020).

A dislexia é um transtorno complexo que afeta a capacidade de leitura e compreensão da linguagem escrita. Suas características cognitivas, neurológicas e comportamentais refletem as dificuldades subjacentes no processamento fonológico e na integração de informações no cérebro. Uma compreensão aprofundada desses fundamentos teóricos e conceituais é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção e suporte para indivíduos com dislexia (LIRA et al., 2020).

A dislexia afeta a capacidade de uma pessoa em processar informações, mas suas características cognitivas e comportamentais são distintas e podem variar de pessoa para pessoa. Na esfera cognitiva, indivíduos com dislexia geralmente enfrentam dificuldades em reconhecer e decodificar letras, sílabas e palavras. Eles podem ter problemas em associar sons a letras ou em entender a correspondência entre sons e grafemas, o que resulta em dificuldades de leitura fluente e compreensão textual (CRUZ; AGUIAR; CARVALHO, 2021)

As características comportamentais da dislexia podem ser observadas desde cedo. Muitas crianças com dislexia podem apresentar atrasos na fala ou dificuldades em aprender rimas, letras do alfabeto e números. Elas podem ter problemas em seguir instruções verbais ou lembrar-se de sequências de eventos. Durante a alfabetização, podem demonstrar frustração, evitando atividades que envolvam leitura ou escrita. Também é comum observar lentidão no processo de leitura e erros frequentes ao tentar decodificar palavras (SANTOS, 2020)

No contexto comportamental, é frequente que crianças com dislexia manifestem ansiedade ou baixa autoestima relacionada às dificuldades escolares. Podem surgir problemas de comportamento, como distração ou desinteresse nas atividades escolares que envolvem leitura. A evolução desses sintomas comportamentais pode variar com a idade e o ambiente escolar. À medida que crescem, muitos indivíduos com dislexia desenvolvem estratégias compensatórias, como a memorização de palavras-chave ou o uso de recursos tecnológicos para auxiliar na leitura e na escrita (PEREIRA; SILVA, 2023, p. 32).

A dislexia não está relacionada à inteligência e não indica falta de habilidade intelectual. Muitas pessoas com dislexia são altamente criativas e talentosas em outras áreas, como artes visuais, música ou habilidades práticas. As características

cognitivas e comportamentais da dislexia refletem desafios específicos no processamento linguístico e na organização cerebral, mas não limitam o potencial de realização de uma pessoa. O diagnóstico precoce e a intervenção especializada são fundamentais para apoiar crianças com dislexia (RODRIGUES; KOSLOSKI, 2020)

Estratégias educacionais específicas, adaptações curriculares e suporte emocional podem ajudar a minimizar as dificuldades associadas à dislexia e promover o sucesso acadêmico e pessoal. Ao compreender as características cognitivas e comportamentais da dislexia, educadores, profissionais de saúde e pais podem colaborar de maneira eficaz para oferecer o suporte necessário e permitir que indivíduos com dislexia alcancem seu pleno potencial.

2.2. Impacto da dislexia no desempenho acadêmico

Apesar de muito debatida nos níveis iniciais de educação, a dislexia tem um impacto significativo no desempenho acadêmico dos alunos no ensino superior, afetando várias áreas-chave da aprendizagem. As dificuldades específicas enfrentadas por esses alunos incluem problemas de leitura, escrita, compreensão textual e organização de informações, que podem prejudicar seu progresso acadêmico e emocional.

Em relação à leitura, os alunos com dislexia podem enfrentar dificuldades na decodificação de palavras, resultando em uma velocidade de leitura mais lenta e maior propensão a erros (CRUZ et al., 2021).

Na área da escrita, os alunos com dislexia frequentemente enfrentam dificuldades em expressar suas ideias de forma clara e coerente. Eles podem ter problemas com a ortografia, pontuação e organização de ideias, o que pode afetar negativamente a qualidade de seus trabalhos escritos. A escrita pode ser uma tarefa demorada e frustrante para esses alunos, resultando em níveis mais baixos de produção escrita em comparação com seus colegas (LIRA et al., 2020).

A compreensão textual também pode ser um desafio para os alunos com dislexia, já que eles podem ter dificuldade em extrair informações importantes e em conectar conceitos dentro de um texto. Eles podem perder detalhes importantes e ter problemas em identificar relações de causa e efeito, o que pode prejudicar sua capacidade de compreender textos complexos e de realizar análises críticas (MACHADO et al., 2024, p. 15).

A organização de informações pode representar um obstáculo significativo para os alunos com dislexia. Eles podem ter dificuldade em estruturar suas ideias de forma lógica e em sintetizar informações de várias fontes, o que pode prejudicar seu desempenho em tarefas que exigem a organização e a síntese de dados, como relatórios de pesquisa e projetos acadêmicos.

A dislexia pode ter um impacto substancial no desempenho acadêmico dos alunos no ensino superior, afetando sua capacidade de ler, escrever, compreender textos e organizar informações. É importante que esses alunos recebam apoio adequado e estratégias de aprendizagem individualizadas para ajudá-los a superar essas dificuldades e alcançar seu pleno potencial acadêmico (LUZ; CRUZ, 2022).

Para atender às necessidades dos alunos disléxicos, uma série de estratégias de adaptação curricular pode ser implementada, visando proporcionar um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz. Essas estratégias abrangem uma variedade de áreas, desde o uso de tecnologias assistivas até modificações no ambiente de aprendizagem e métodos de ensino diferenciados, além de fornecer suporte individualizado (PEREIRA; SILVA, 2023). Uma das estratégias mais eficazes é a utilização de tecnologias assistivas, como softwares de reconhecimento de voz, leitores de tela e programas de correção ortográfica. Essas ferramentas podem auxiliar os alunos disléxicos na leitura, escrita e organização de informações, compensando suas dificuldades específicas e permitindo um maior acesso ao currículo (LIRA et al., 2020).

Modificações no ambiente de aprendizagem, como a redução de distrações visuais e sonoras na sala de aula, podem ser benéficas para alunos disléxicos, permitindo que se concentrem melhor nas tarefas acadêmicas. Estratégias como o uso de fontes específicas, espaçamento adequado entre linhas e materiais de leitura em formatos acessíveis também podem facilitar a compreensão e a assimilação de informações (CRUZ et al., 2021).

No que diz respeito aos métodos de ensino, é importante adotar abordagens diferenciadas que levem em consideração as necessidades individuais dos alunos disléxicos. Isso pode incluir o uso de técnicas multisensoriais de ensino, como a aprendizagem baseada em jogos, atividades práticas e visualizações, que ajudam a reforçar conceitos por meio de diferentes modalidades sensoriais (MACHADO et al., 2024). A diferenciação do conteúdo e a oferta de instruções claras e sequenciais

também são fundamentais para garantir a compreensão e o engajamento dos alunos disléxicos (MACHADO et al., 2024).

É essencial fornecer suporte individualizado aos alunos disléxicos, por meio de planos de ensino individualizados (PEIs), acompanhamento próximo por parte dos professores e equipe de apoio, e a disponibilidade de tutores ou terapeutas especializados em dislexia. Esse suporte individualizado pode incluir sessões de tutoria, estratégias de autoajuda e aconselhamento psicológico, visando desenvolver a autoconfiança e a autoestima dos alunos, além de ajudá-los a superar os desafios acadêmicos e emocionais associados à dislexia (PEREIRA; SILVA, 2023, p. 41).

As adaptações curriculares para alunos disléxicos envolvem uma abordagem multifacetada que inclui o uso de tecnologias assistivas, modificações no ambiente de aprendizagem, métodos de ensino diferenciados e suporte individualizado. Essas estratégias visam proporcionar um ambiente inclusivo e acessível, onde os alunos disléxicos possam desenvolver todo o seu potencial acadêmico e alcançar o sucesso escolar (LUZ; CRUZ, 2022).

Não podemos deixar de ressaltar que o aluno disléxico, seja no ensino fundamental, médio ou superior, está se preparando para a vida. Sem o suporte necessário para seu desenvolvimento e formação, não terá condições de participar em igualdade de oportunidades da vida social. Por isso é importante estratégias diferenciadas de educação.

2.3. Alunos disléxicos e vulnerabilidade ao *bullying* e a discriminação

Para alunos disléxicos, a sala de aula pode se tornar um lugar de ansiedade e estresse, especialmente quando eles percebem que suas habilidades não correspondem às expectativas normativas (LIRA et al., 2020).

Tais sentimentos podem emergir em qualquer fase do aprendizado e escolarização e essa situação pode, infelizmente, tornar esses alunos alvos de *bullying* e discriminação por parte de seus colegas. As diferenças perceptíveis na forma como eles lidam com tarefas de leitura e escrita podem torná-los vulneráveis ao ridículo e à exclusão. Os colegas que não compreendem a dislexia podem interpretar erroneamente as dificuldades de aprendizagem como falta de inteligência ou preguiça, o que contribui para um ambiente negativo e hostil.

Da mesma forma, a falta de compreensão por parte dos professores e colegas sobre a dislexia pode amplificar esse problema. Quando um aluno disléxico não

recebe o apoio necessário para lidar com suas dificuldades de aprendizagem, isso pode afetar sua autoestima e seu bem-estar emocional. Sentimentos de isolamento e inadequação podem surgir, aumentando o risco de depressão e ansiedade (SANTOS, 2020)

Além do *bullying* por parte dos colegas, os alunos disléxicos também podem enfrentar formas mais sutis de discriminação institucional. Podem ser deixados de lado em atividades de leitura em voz alta ou serem subestimados em relação às suas capacidades intelectuais. Essas experiências podem ter um impacto significativo no desenvolvimento acadêmico e social desses alunos, criando barreiras adicionais para seu sucesso educacional.

Se considerarmos que no ensino acadêmico de nível superior você oferece ao aluno uma formação profissional que o permita participar do mundo do trabalho, cabe aqui uma reflexão sobre qual profissional queremos formar, pois é responsabilidade das instituições de ensino ofertarem condições de formação para este aluno. É importante que escolas e educadores estejam conscientes dos desafios enfrentados pelos alunos disléxicos e adotem estratégias adequadas para apoiá-los. Isso inclui oferecer recursos de aprendizagem especializados, como ferramentas de tecnologia assistiva e estratégias de ensino diferenciadas (MACHADO et al., 2024, p. 37)

Da mesma forma, precisamos levar esse debate para o conjunto dos lugares e grupos sociais nos quais circulamos e com os quais interagimos, pois é fundamental promover a empatia e a inclusão entre os alunos, incentivando um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso para todos, mas que também essa ambiência acolhedora e respeitosa se estenda nas relações familiares e comunitárias.

Abordar a vulnerabilidade ao *bullying* e à discriminação entre alunos disléxicos requer uma abordagem holística que envolva não apenas intervenções educacionais específicas, mas também uma mudança cultural dentro das escolas. A conscientização sobre a dislexia e o respeito pela diversidade de habilidades de aprendizagem são passos fundamentais para criar um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e equitativo para todos os alunos (PEREIRA; SILVA, 2023)

Os desafios enfrentados pelos alunos disléxicos no contexto escolar é reflexo de um contexto social que ainda precisa avançar no debate sobre inclusão. Ao mesmo tempo, a escola pode ser um espaço fomentador de mudanças de mentalidade e comportamento. É preciso um esforço coletivo para garantir que as pessoas com dislexia, em qualquer nível educacional, não apenas tenham acesso a uma educação de qualidade, mas também se sintam valorizados e respeitados em seu ambiente de aprendizagem. É fundamental que os educadores recebam treinamento adequado

sobre como identificar e apoiar alunos com dislexia, incluindo estratégias de ensino adaptativas que levem em consideração suas necessidades individuais (RODRIGUES; KOSLOSKI, 2020).

Promover uma cultura de respeito mútuo entre os estudantes é essencial para combater o *bullying* e a discriminação. Isso pode ser feito através de programas educacionais que abordem a diversidade e a importância da aceitação de todos, independentemente de suas habilidades ou características individuais. Os alunos devem ser incentivados a serem empáticos e a valorizarem as diferenças como algo positivo.

É igualmente importante envolver os pais e responsáveis nesse processo, fornecendo informações sobre a dislexia e como apoiar seus filhos em casa. Quando há uma parceria eficaz entre escola, família e comunidade, os alunos disléxicos têm maior probabilidade de superar os desafios associados à sua condição e desenvolver todo o seu potencial. A legislação também desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos dos alunos com dislexia. É importante que os sistemas educacionais tenham políticas claras e abrangentes que garantam a igualdade de oportunidades para esses estudantes, incluindo acesso a avaliações adequadas, serviços de suporte e adaptações razoáveis (CRUZ; AGUIAR; CARVALHO, 2021).

É importante promover uma cultura de conscientização e respeito pelos direitos das pessoas com dislexia não apenas nas escolas, mas em toda a sociedade. Isso implica desafiar estereótipos e preconceitos, bem como promover uma compreensão mais profunda das diferentes formas de aprendizagem e das necessidades individuais dos alunos. Ao adotar abordagens abrangentes e centradas no aluno, podemos criar ambientes educacionais mais inclusivos e empoderadores, onde todos os alunos, incluindo aqueles com dislexia, possam prosperar e alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Combater o *bullying* e a discriminação é uma tarefa que demanda um compromisso coletivo de todos os setores da sociedade. Este desafio não pode ser subestimado, pois suas ramificações são profundas e afetam não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também a coesão social como um todo. Para enfrentar esse problema de maneira eficaz, é necessário adotar uma abordagem abrangente que envolva não apenas políticas governamentais, mas também ações educativas, sociais e culturais.

Um aspecto fundamental no combate ao *bullying* e à discriminação é a promoção da empatia e do respeito mútuo desde a infância. Isso implica investir em programas educacionais que ensinem valores de tolerância, diversidade e inclusão nas escolas e em outros ambientes onde as crianças e os jovens interagem. É essencial fornecer ferramentas para que os jovens possam reconhecer e lidar com o *bullying* de forma construtiva, promovendo uma cultura de apoio mútuo e solidariedade.

Além das medidas educacionais e legais, é necessário também promover uma mudança cultural mais ampla que desafie as atitudes e preconceitos arraigados que perpetuam o *bullying* e a discriminação. Isso envolve o engajamento de líderes comunitários, figuras públicas e meios de comunicação na promoção de mensagens positivas de inclusão e respeito à diversidade. Também é importante criar espaços seguros e acolhedores para grupos marginalizados, onde possam se sentir valorizados e integrados à sociedade.

O combate ao *bullying* e à discriminação requer um esforço contínuo e coordenado de todos os membros da sociedade, desde os governos e instituições até os cidadãos comuns. É preciso reconhecer que a diversidade é uma força e uma riqueza, e que todos têm o direito de serem tratados com dignidade e igualdade. Somente através de um compromisso coletivo e duradouro será possível construir uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva para todos.

3. O QUE É A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A política de educação inclusiva no Brasil representa um marco significativo na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, destacando a importância de uma agenda pública que estabelece diretrizes claras para a organização do acesso à educação sem discriminação em todos os níveis de ensino. Essa política é baseada em um conjunto de debates e normativas legais que refletem o avanço na compreensão de que a qualidade do ensino deve ser acessível a todos. Para garantir isso, é necessário assegurar condições adequadas de acesso a todos os indivíduos, sem exceções (NOZU; BRUNO; CABRAL, 2018).

O conceito de educação inclusiva evoluiu ao longo das últimas décadas, influenciado por movimentos internacionais e nacionais em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Um marco significativo nesse desenvolvimento foi a Declaração de Salamanca, adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO. Essa declaração enfatizou a necessidade de escolas inclusivas e a importância de educar todos os alunos juntos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. A Declaração de Salamanca continua a ser uma referência essencial na formulação de políticas educacionais inclusivas ao redor do mundo (FERRARI; SEKKEL, 2007, p. 18).

O debate sobre inclusão na educação no Brasil remonta ao contexto de promulgação da Constituição Federal de 1988. Os princípios desta Constituição, fundamentados na defesa dos direitos humanos e na dignidade da pessoa humana, refletem um redirecionamento de uma política educacional fragmentada e direcionada a perfis e demandas específicos para uma política educacional universal. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito à educação para todos, sem discriminação, marcando um passo importante na promoção da igualdade de acesso ao ensino (CARVALHO; GALLO, 2020).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, reforçou esse direito ao garantir atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Este avanço foi complementado no início dos anos 2000 pela Lei nº 10.098 de 2000, que estabeleceu normas específicas de acessibilidade para garantir o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços e serviços, incluindo os educacionais. Essas legislações representam marcos importantes no desenvolvimento de uma política de educação inclusiva no Brasil (TOMELIN et al., 2018).

A educação inclusiva reconhece as particularidades de cada grupo de alunos e não busca homogeneizar práticas pedagógicas e metodologias. A proposta central é promover a interação social, o tratamento equânime e garantir o acesso a uma educação de qualidade sem distinções de qualquer ordem. Isso implica oferecer alternativas a um modelo tradicional de educação que tende a naturalizar o fracasso escolar e a explicá-lo como consequência das características individuais dos alunos. A educação inclusiva, portanto, desafia esse paradigma ao valorizar a diversidade e ao promover a equidade no ambiente escolar (POKER; OLIVEIRA MARTINS; GIROTO, 2016).

Transformar a realidade educacional brasileira para torná-la verdadeiramente inclusiva ainda apresenta muitos desafios, mas também oferece inúmeras oportunidades. A inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino não beneficia apenas esses alunos, mas enriquece a experiência educacional de todos, promovendo valores como empatia, solidariedade e respeito às diferenças. A educação inclusiva contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, onde todos têm a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial.

3.1. Breve síntese dos avanços legais em prol da educação inclusiva

Como marco de análise temporal definimos o período que compreendeu a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação das demais leis e normativas a partir de então, considerando que nesse contexto o debate sobre educação inclusiva ganhou forma. No Brasil, tivemos em curso duas políticas de inclusão. A primeira, aprovada em 2008 e intitulada Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; e outra aprovada em 2020, intitulada Política Nacional de Educação Especial Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. O intuito foi apreender as concepções que ambas apresentam, pois é a política que guia as ações em prol da perspectiva inclusiva na educação brasileira (BEZERRA, 2020).

Importante indicar também os principais marcos regulatórios da Política Nacional de Educação Inclusiva no Brasil:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88);

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, - Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, de 2007, onde é reafirmada a busca pela superação da oposição entre educação regular e educação especial;
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (PNE 2014-2024);
- Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI);

Vale referenciar os documentos internacionais que o Brasil assume como compromisso e respeito em prol da educação inclusiva: a Declaração Universal dos Direitos Humanos - Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de

1948; a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990); a Declaração de Incheon para a Educação (Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável); a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Especiais (SALAMANCA, 1994).

3.1.1. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) foi elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) e aprovada em 2008, durante o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Seu principal marco foi a proposição de que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação fossem integrados ao sistema de ensino regular, com adaptações e fornecimento de suporte especializado. Seu objetivo central seria então evitar uma educação segregada e valorizar a diversidade. A PNEEPEI se pautou nas diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, que defendeu a educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizassem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2008).

Antes disso, porém, o Brasil já estruturava uma política educacional que defendia a inclusão e a diversidade. A PNEEPEI faz referência em seu texto ao Programa Educação Inclusiva, criado em 2003; ao documento intitulado: O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (2004); e ao Decreto nº 5.296/2004, que regulamentou as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 e estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Vale ressaltar que a Lei de Acessibilidade, Lei nº 10.098/2000, definiu acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por qualquer pessoa, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida. No contexto educacional, isso implica em diversas adaptações e adequações que vão desde a infraestrutura física das escolas até o desenvolvimento de métodos pedagógicos e materiais didáticos adaptados (SANCHES; OLIVEIRA, 2011).

A implementação dessa lei no ambiente educacional visou assegurar que estudantes com deficiência pudessem frequentar a escola regular em igualdade de condições com os demais alunos. Isso inclui a adaptação dos edifícios escolares com rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados, sinalização tátil, entre outros recursos físicos. A legislação exige também que os sistemas de ensino proporcionem os apoios necessários, como professores especializados, intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), materiais didáticos em braile ou com letras ampliadas, e tecnologias assistivas que facilitassem o processo de aprendizagem (SANTOS; HOSTINS, 2015).

A PNEEPEI se referencia a algumas outras normativas, leis ou documentos que demonstram a evolução do entendimento e das práticas em relação à educação inclusiva no Brasil. Mas vamos destacar apenas mais um: o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, de 2006, que entre seus objetivos estava o de fomentar, no currículo da educação básica as 11 temáticas relativas às pessoas com deficiência e a desenvolver ações afirmativas que possibilitassem a inclusão, acesso e permanência na educação superior (BRASIL, 2008).

3.1.2. Política Nacional de Educação Especial Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (2020)

Aprovada em 2020 durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, essa política tentou se apresentar como mais abrangente no enfoque sobre a inclusão, a equidade e o aprendizado contínuo ao longo da vida, isto é, não apenas no ensino regular e para além do espaço escolar. Contudo, ela não foi isenta de questionamentos. Sua principal crítica foi direcionada ao fato de que ela poderia gerar um retrocesso em relação à abordagem inclusiva defendida na política anterior, à medida que a promoção da educação poderia acontecer em ambientes separados ou especializados.

Conhecida como Nova Política Nacional de Educação Especial, a Política Nacional de Educação Especial Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, abriu margem para ações que pudessem levar a um retrocesso para a educação inclusiva, como destacamos a seguir:

Estar incluído numa sala comum inclusiva sem ter as condições de acompanhar o currículo pode representar uma forma de exclusão, seja no próprio contexto de escolarização, seja mais tarde, ao longo da existência. A inclusão radical torna-se prejudicial especialmente para os indivíduos com graus mais severos de impedimentos de longo prazo de natureza intelectual, isso porque eles continuam a vivenciar experiências segregadoras no processo educacional (PNEE, 2020:17).

Na ocasião de lançamento da Nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), evidenciou-se um compromisso em ampliar o atendimento educacional especializado, permitindo que famílias e alunos escolhessem entre diferentes tipos de instituições de ensino, incluindo escolas comuns inclusivas, escolas especiais e escolas bilíngues para surdos (Brasil, 2020). Todavia, apesar da tentativa de se valorizar a singularidade e o direito à liberdade de escolha, também promoveu preocupações com a possível fragilização das políticas de inclusão, pois sugeriu criação e manutenção de centros de atendimento especializado para alunos com deficiência, o que poderia conflitar com as estratégias de integração desses alunos nas salas de aula regulares.

3.1.3. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2023)

Com as fortes críticas à Política Nacional de Educação Especial (PNEE), de que ela poderia promover a segregação ao invés da inclusão, sua revogação acontece logo no início de um novo mandato presidencial, em 2023. Com a justificativa da necessidade do Brasil se alinhar às convenções e tratados internacionais sobre direitos das pessoas com deficiência, que defendem a inclusão plena – considerada na PNEE 2020 como inclusão radical – o atual governo resgata os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, para garantir o direito à educação inclusiva e a permanência de estudantes com deficiência em escolas regulares, com o apoio necessário.

Segundo especialistas e educadores, a PNEE 2020 promovia a segregação e violava os princípios da educação inclusiva, prejudicando a integração e o aprendizado conjunto entre alunos com e sem deficiência, pois permitia a criação de escolas e classes separadas para alunos com deficiência, afastando-os do convívio com outros estudantes. A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de revogar o decreto de educação especial, instituído pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, marca

um ponto significativo na continuidade de política educacional inclusiva plena no Brasil.

O decreto de Bolsonaro havia sido imediatamente suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após sua implementação, devido à ação movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). A ação argumentava que a normativa violava o direito à educação inclusiva, estabelecido pela Constituição. O STF, em sua maioria, concordou com a argumentação, indicando que a política poderia enfraquecer a inclusão de alunos com necessidades especiais ao incentivar a separação desses estudantes em ambientes específicos, em vez de integrá-los nas escolas regulares.

A decisão de revogar a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida foi formalizada em uma edição extra do Diário Oficial da União no início de janeiro de 2023. Além do presidente Lula, a revogação foi assinada pelo ministro da Educação, Carlos Santana, e pelo ministro dos Direitos Humanos, Silvío Luiz de Almeida. Essa medida foi vista como um passo importante na restauração dos direitos dos alunos com deficiência à educação inclusiva, que preconiza a integração de todos os alunos em um mesmo ambiente escolar, promovendo a diversidade e a igualdade de oportunidades (PAGNO, 2023).

A revogação foi amplamente apoiada por especialistas em educação e direitos humanos, que defendem que a educação inclusiva não só beneficia os alunos com deficiência, mas também enriquece a experiência de aprendizado de todos os estudantes. A convivência diária com a diversidade promove valores de respeito, compreensão e cooperação, essenciais para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva. Estudos indicam que a inclusão escolar de alunos com deficiência contribui para a redução de preconceitos e para o desenvolvimento de competências sociais e emocionais em todos os alunos.

A (re)atualização da PNEEPEI, ainda em curso, vem com o compromisso de se ampliar acesso, permanência, participação e aprendizagem de estudantes em escolas comuns, além de formação de educadores, conforme o Plano de Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

O contexto da revogação do decreto de educação especial sublinha a importância de políticas públicas baseadas em princípios de equidade e inclusão. Assegurar que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais, independentemente de suas condições, é um passo fundamental para

a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática, colocando a inclusão e a igualdade no centro da agenda educacional do país.

3.2. Em defesa da educação inclusiva no Brasil

A política de educação inclusiva prevê a formação contínua de professores e demais profissionais da educação para lidar adequadamente com as necessidades específicas dos alunos com deficiência. Essa formação é essencial para que os educadores estejam preparados para identificar as potencialidades e as dificuldades dos alunos e, assim, possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a aprendizagem de todos. A abordagem pedagógica deve ser centrada no aluno, respeitando suas individualidades e promovendo um ambiente de acolhimento e respeito à diversidade (PIMENTEL; RIBEIRO, 2021).

A inclusão escolar é um processo dinâmico que exige a participação ativa de toda a comunidade escolar. A colaboração entre professores, pais, alunos e gestores escolares é fundamental para a construção de um ambiente educacional inclusivo. Além do suporte técnico e pedagógico, é importante promover uma cultura de inclusão e respeito às diferenças, onde todos se sintam valorizados e parte integrante do processo educacional. Esse esforço coletivo contribui para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa (LOCKMANN; KLEIN, 2022).

A política de educação inclusiva busca assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, tenham acesso a um ambiente educacional que respeite e valorize suas diferenças, proporcionando igualdade de oportunidades. Esse conceito é fundamentado em princípios de justiça social, direitos humanos e democracia, promovendo uma sociedade mais equitativa. O movimento pela educação inclusiva tem suas raízes em movimentos históricos de direitos civis e humanitários, ganhando força nas últimas décadas com a implementação de legislações específicas e compromissos internacionais (BRASIL, 2021).

As diretrizes para a educação inclusiva são orientadas por documentos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que enfatiza a importância de garantir que pessoas com deficiência tenham acesso ao sistema educacional em igualdade de condições com os demais. Este documento foi ratificado por diversos países, incluindo o Brasil, e tem servido como

base para a formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão no ambiente escolar. A Declaração de Salamanca, assinada em 1994, é um marco importante ao estabelecer que escolas comuns devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (ROMAN; MOLERO; SILVA, 2020).

A implementação da educação inclusiva envolve mudanças significativas na estrutura e na prática das instituições de ensino. A adaptação curricular é um dos pilares desse processo, permitindo que os conteúdos e métodos de ensino sejam ajustados para atender às necessidades individuais dos estudantes. As escolas devem também garantir a acessibilidade física, proporcionando um ambiente que permita a mobilidade e a participação ativa de todos os alunos. Isso inclui a eliminação de barreiras arquitetônicas, a disponibilização de recursos e tecnologias assistivas, bem como a formação contínua de educadores para lidar com a diversidade no contexto escolar.

A formação de professores desempenha um papel fundamental na eficácia da educação inclusiva. Educadores devem ser capacitados para identificar e responder às diversas necessidades dos alunos, utilizando estratégias pedagógicas que promovam a participação e o aprendizado de todos. Isso implica um enfoque pedagógico centrado no aluno, onde a individualidade e o ritmo de aprendizagem são respeitados (SENNYEY; CAPOVILLA; MONTIEL, 2008). Programas de formação inicial e continuada devem incorporar conhecimentos sobre diversidade, práticas inclusivas e a utilização de recursos tecnológicos que favoreçam a aprendizagem de estudantes com diferentes tipos de deficiência (SENNYEY; CAPOVILLA; MONTIEL, 2008).

A participação da comunidade escolar é outro aspecto essencial na construção de um ambiente inclusivo. Pais, alunos, professores e demais profissionais da educação precisam estar envolvidos no processo de inclusão, contribuindo para a criação de uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a cooperação e o respeito mútuo. A colaboração entre os diferentes atores do processo educativo é fundamental para o desenvolvimento de práticas inclusivas eficazes, além de proporcionar um suporte adequado para os alunos e suas famílias (ROMAN; MOLERO; SILVA, 2020, p. 44).

A avaliação do progresso dos alunos em um contexto inclusivo deve ser feita de maneira a reconhecer e valorizar os avanços individuais, levando em conta as particularidades de cada estudante. Métodos avaliativos tradicionais muitas vezes não conseguem captar o real desenvolvimento dos alunos com necessidades

educacionais especiais, sendo necessário adotar abordagens mais flexíveis e personalizadas. Avaliações formativas, que se concentram no progresso contínuo e nas competências adquiridas ao longo do tempo, são mais adequadas para medir o impacto das práticas inclusivas no aprendizado dos alunos (FERRARI; SEKKEL, 2007).

A sustentabilidade da política de educação inclusiva depende de um compromisso contínuo por parte dos governos e das instituições educacionais. Isso inclui investimentos adequados em infraestrutura, recursos didáticos, tecnologias assistivas e formação de professores. É fundamental que haja monitoramento e avaliação constante das políticas implementadas, garantindo que as práticas inclusivas estejam efetivamente promovendo a igualdade de oportunidades e a participação plena de todos os estudantes no ambiente escolar. O objetivo final é construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde a diversidade é vista como um valor e não como uma barreira (TOMELIN et al., 2018).

Um ponto fundamental para destacarmos é que a educação inclusiva deve ser garantida em todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior. Inclusive a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que as instituições de ensino devem adotar medidas para garantir a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência, em todos os níveis de ensino. Assim, torna-se importante conhecermos algumas experiências, para pensarmos as possibilidades e desafios da educação inclusiva na educação superior.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO NÍVEL SUPERIOR: AVANÇOS E LIMITES

O ensino superior não é diretamente regulado pela Política de Educação Inclusiva. Entretanto, a concepção de inclusão que permeia essa política impacta significativamente a ampliação do acesso ao ensino universitário. Conforme apontam Dias, Sanchez e Carvalho (2018), a prática inclusiva no ensino superior é uma novidade. Isso se deve ao aumento do acesso de alunos na educação básica e sua progressão para o ensino superior, resultando em um número maior de estudantes chegando às universidades. A presença do aluno em sala de aula não garante necessariamente sua participação plena no ambiente universitário e a absorção dos conteúdos oferecidos (SANTOS; HOSTINS, 2015).

Apesar da Política de Educação Inclusiva no Brasil possuir legitimidade fundamentada em leis como a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098), ela não aborda diretrizes específicas para o ensino superior. Contudo, suas implicações no âmbito da formação profissional e acadêmica são consideráveis. Embora a lei trate principalmente da acessibilidade física e de comunicação, suas diretrizes influenciam diretamente a formação dos profissionais da educação, afetando também as instituições de ensino superior. A Lei de Acessibilidade estabelece um marco importante para a inclusão de pessoas com deficiência em todos os níveis educacionais, incentivando adaptações físicas e metodológicas nas instituições de ensino (SANCHES; OLIVEIRA, 2011).

No contexto do ensino superior, as disposições da lei são aplicáveis, especialmente em relação à necessidade de ambientes acessíveis e à promoção de uma cultura inclusiva. Universidades e faculdades devem garantir acessibilidade em suas instalações, disponibilizando recursos e serviços de apoio para estudantes com deficiência, alinhando-se aos princípios da legislação. A formação contínua de professores e outros profissionais da educação é um aspecto fundamental da educação inclusiva. A legislação incentiva a capacitação de profissionais para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência, incluindo docentes e administradores do ensino superior. Formar profissionais preparados para atuar em um ambiente inclusivo é essencial para assegurar que os princípios de acessibilidade e inclusão sejam efetivamente implementados em todos os níveis educacionais, incluindo o ensino superior (CARVALHO; GALLO, 2020).

Dias, Sanchez e Carvalho (2018) ressaltam que pensar em uma universidade inclusiva requer que os profissionais de educação estejam próximos dos estudantes a serem incluídos, saibam como agir, ensinar, lidar com a diversidade e possuam dimensão técnica. A reflexão sobre a aplicabilidade da Lei de Acessibilidade no ensino superior também envolve considerar os benefícios da inclusão para a qualidade do ensino e da pesquisa. A diversidade no ambiente acadêmico enriquece discussões, amplia perspectivas e promove inovação. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior pode resultar em uma produção acadêmica mais rica e diversificada, além de preparar todos os estudantes para a convivência e colaboração em um mundo plural e inclusivo.

A implementação de políticas de inclusão no ensino superior enfrenta desafios significativos. A infraestrutura de muitas instituições ainda não é totalmente acessível, necessitando constante atualização e manutenção dos recursos de acessibilidade. A sensibilização e formação dos profissionais da educação superior são processos contínuos que exigem investimento e comprometimento das instituições e dos gestores públicos. A fiscalização e o monitoramento rigorosos são essenciais para garantir que as normas de acessibilidade sejam cumpridas e que as ações de inclusão sejam efetivas.

Um aspecto enfatizado por Ferrari e Sekkel (2007) é a persistência do preconceito nas relações institucionais de ensino. Para as autoras, o preconceito é um tema imprescindível ao abordar a educação inclusiva. Políticas, informações e orientações não são suficientes para mudar a atitude dos educadores e dos alunos em relação às minorias. Repensar a aplicação da Lei de Acessibilidade no ensino superior é, portanto, uma iniciativa valiosa. A inclusão de estudantes com deficiência nas universidades e faculdades não apenas promove a justiça social e a equidade, mas também contribui para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa (FERRARI; SEKKEL, 2007).

As instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos e profissionais capacitados para atuar em uma sociedade inclusiva, e a implementação de políticas de acessibilidade é um passo essencial nesse processo. Embora a Lei de Acessibilidade não se refira explicitamente ao ensino superior, suas ações e princípios são altamente relevantes e necessários para este nível educacional. A formação contínua de profissionais, a adaptação da infraestrutura e a promoção de uma cultura inclusiva são aspectos essenciais para a

efetivação da educação inclusiva no ensino superior. Investir na inclusão é investir na qualidade da educação e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4.1. Panorama histórico do debate sobre educação inclusiva no ensino superior

O debate sobre a educação inclusiva no ensino superior tem raízes profundas que se estendem por várias décadas, refletindo a evolução das sociedades em direção a uma maior compreensão e aceitação das diferenças individuais. Desde o início do século XX, houve um movimento gradual em direção à inclusão de indivíduos com deficiências no sistema educacional, embora as abordagens e a intensidade dos esforços tenham variado consideravelmente ao longo do tempo e entre diferentes regiões. A educação para pessoas com deficiências era, inicialmente, majoritariamente segregada, com a existência de escolas e instituições especiais destinadas exclusivamente a esses alunos, resultando em pouca integração com seus pares sem deficiência (SENNYEY; CAPOVILLA; MONTIEL, 2008).

Esse modelo de segregação começou a ser questionado na década de 1960, com a ascensão dos movimentos pelos direitos civis e a crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiências. Durante esse período, legisladores e defensores dos direitos humanos iniciaram um movimento para promover maior inclusão e acessibilidade nas instituições educacionais. A legislação dos anos 1970 refletiu essa mudança de atitude. Por exemplo, nos Estados Unidos, a Lei de Educação para Todos os Portadores de Deficiência de 1975 foi um marco, estabelecendo que todas as crianças com deficiências tinham direito a uma educação pública apropriada em ambientes menos restritivos possíveis. Embora essa legislação focasse principalmente no ensino fundamental e médio, ela lançou as bases para debates futuros sobre a inclusão no ensino superior.

Na década de 1980, o foco expandiu-se para incluir o ensino superior. As universidades e faculdades começaram a enfrentar pressões para acomodar estudantes com deficiências, não apenas por razões legais, mas também por uma crescente compreensão ética e moral de que a educação deve ser acessível a todos. Durante essa época, a acessibilidade física das instalações, a disponibilidade de recursos de apoio e a adaptação dos currículos começaram a ser mais amplamente discutidas e implementadas. A adoção dessas práticas refletiu uma mudança

significativa na maneira como a educação inclusiva era abordada em instituições de ensino superior (ROMAN; MOLERO; SILVA, 2020).

Os anos 1990 trouxeram avanços significativos com a aprovação de leis como o Americans with Disabilities Act (ADA) nos Estados Unidos, que exigia que todas as instituições de ensino superior tornassem suas instalações e programas acessíveis a todos os estudantes. Esse período também viu um aumento na pesquisa acadêmica sobre a eficácia das práticas inclusivas e os benefícios da diversidade nas salas de aula. As discussões começaram a se centrar não apenas na acessibilidade física, mas também na inclusão pedagógica e social, reconhecendo a importância de criar ambientes educacionais que promovam a participação ativa de todos os alunos (LIMA et al., 2020).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o debate sobre educação inclusiva no ensino superior se aprofundou, refletindo uma maior compreensão das complexidades envolvidas. As instituições começaram a adotar uma abordagem mais holística, reconhecendo que a inclusão vai além da mera presença física dos estudantes com deficiências. A ênfase passou a ser também na criação de ambientes de aprendizagem que promovam a participação ativa e significativa de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou necessidades. Essa abordagem holística tem sido fundamental para promover uma verdadeira inclusão nas instituições de ensino superior (SANTOS; HOSTINS, 2015).

O debate continua a evoluir, impulsionado por novos desafios e oportunidades. A tecnologia tem desempenhado um papel vital na facilitação da inclusão, proporcionando ferramentas e recursos que ajudam a superar barreiras tradicionais. No entanto, questões persistentes, como a necessidade de formação adequada para professores e a luta contra atitudes preconceituosas, ainda representam desafios significativos. As discussões contemporâneas também abordam a interseccionalidade, reconhecendo que estudantes com deficiências podem enfrentar múltiplas formas de discriminação e exclusão, exigindo abordagens ainda mais inclusivas e abrangentes (BEZERRA, 2020).

O panorama histórico do debate sobre educação inclusiva no ensino superior é, portanto, uma narrativa de progresso contínuo e de desafios persistentes. Reflete uma trajetória de crescente conscientização e compromisso com a igualdade de oportunidades educacionais, marcada por avanços legislativos, mudanças culturais e a adaptação de práticas pedagógicas. A educação inclusiva continua a ser um campo

dinâmico e vital, essencial para a construção de sociedades mais justas e equitativas. Esse histórico demonstra que, embora tenham sido alcançados avanços significativos, o caminho para a plena inclusão ainda exige esforços contínuos e dedicados (CARVALHO; GALLO, 2020).

4.1.1. Alguns exemplos de iniciativas da política de educação inclusiva no ensino superior

Diversas iniciativas têm sido implementadas no Brasil para promover a educação inclusiva no ensino superior, refletindo um compromisso crescente com a inclusão e equidade. As ações têm como objetivo garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade e a um ambiente acadêmico que valorize a diversidade. Universidades têm adotado diversas abordagens, que incluem desde adaptações nas infraestruturas até a formação de docentes e o desenvolvimento de recursos pedagógicos inclusivos, conforme destacado em estudos anteriores, como o de Ferrari e Sekkel (2007).

Com o recurso da internet, conseguimos fazer um levantamento interessante de algumas iniciativas, no Brasil, de instituições de ensino que implementaram políticas de educação inclusiva.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, tem sido possível fazer um levantamento detalhado de iniciativas desenvolvidas por instituições de ensino superior no Brasil para a promoção de políticas de educação inclusiva. Um exemplo relevante é o Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA), que tem implementado políticas de inclusão de maneira eficaz. Conforme o estudo de Lockmann e Klein (2022), a instituição desenvolveu um conjunto de ações para assegurar que estudantes com deficiência tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e participação que os demais alunos. Essas ações incluem a adaptação dos espaços físicos, a disponibilização de tecnologias assistivas e a promoção de uma cultura institucional de respeito e valorização da diversidade (LOCKMANN; KLEIN, 2022).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é outra instituição que se destaca nesse contexto. O Programa de Acessibilidade Educacional (PRAE), descrito em relatório da UFSC (2020), oferece suporte a estudantes com deficiência, disponibilizando recursos como intérpretes de Libras, materiais didáticos acessíveis e

apoio psicológico. A UFSC investe na capacitação contínua de professores, permitindo a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor em consonância com as demandas da diversidade presente nas salas de aula.

Outro exemplo significativo de inclusão no ensino superior é a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que desenvolve ações por meio de seu Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). De acordo com informações divulgadas pela UNICAMP (2021), o núcleo oferece serviços como tradução de materiais para braille, empréstimo de equipamentos assistivos e orientação pedagógica para os docentes. A universidade promove campanhas de conscientização voltadas à comunidade acadêmica, com o objetivo de sensibilizar a todos sobre a importância da inclusão.

A Universidade de Brasília (UnB) também tem sido reconhecida por suas iniciativas de inclusão. O Centro de Educação Inclusiva (CEI) da UnB trabalha para garantir a acessibilidade e a participação plena de estudantes com deficiência, conforme relatado em publicação oficial da UnB (2021). Esse centro oferece suporte individualizado, adaptações curriculares e recursos tecnológicos, além de promover a formação continuada dos docentes em práticas pedagógicas inclusivas, fortalecendo o compromisso institucional com a diversidade.

Outro exemplo importante de promoção da inclusão no ensino superior é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que implementa o Programa Incluir. Conforme descrito em relatórios da UFRGS (2021), o programa apoia estudantes com deficiência por meio de ações voltadas à garantia da acessibilidade física, pedagógica e atitudinal. Entre os serviços oferecidos estão a interpretação em Libras, a adaptação de materiais didáticos e o acompanhamento psicopedagógico, com o intuito de promover uma cultura inclusiva no ambiente universitário.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI-UFMG) coordena atividades voltadas à inclusão de estudantes com deficiência. Conforme relatório da UFMG (2020), o núcleo se dedica à formação de docentes, disponibilização de recursos assistivos e adaptação dos espaços físicos para assegurar a acessibilidade. O núcleo realiza pesquisas sobre inclusão, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas educacionais inclusivas.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR), por sua vez, conta com o Programa de Inclusão e Acessibilidade (PIA), que oferece apoio técnico e pedagógico a estudantes com deficiência. Conforme publicação da UFPR (2022), o programa

trabalha na adaptação de materiais didáticos, na formação de professores e na promoção de eventos de conscientização sobre a importância da inclusão. A UFPR também investe em infraestrutura acessível, garantindo que todos os espaços universitários estejam adaptados para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

Esses são apenas alguns dos exemplos identificados e que já demonstram os avanços e as possibilidades da inclusão no ensino superior.

4.1.2. A experiências do Centro Universitário de Volta Redonda com a política de educação

A experiência no Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA) evidencia um compromisso sólido com a educação inclusiva, refletido na estruturação dos setores dedicados ao atendimento ao aluno. Esses setores tem função importante na criação de um ambiente acadêmico que não apenas acolhe, mas também apoia ativamente a diversidade e a inclusão. A complexidade e a eficiência desse sistema de apoio são ilustradas pela existência de núcleos e centros especializados, cada um com uma função clara e direcionada para atender às necessidades específicas dos estudantes, garantindo que todos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

O Centro de Aprendizagem e Inovação Pedagógica (CAIP) emerge como um pilar fundamental dentro dessa estrutura. O CAIP é o ponto de referência para estudantes que necessitam de apoio adicional para superar desafios acadêmicos e tecnológicos. Este centro não apenas disponibiliza os recursos necessários, mas também colabora estreitamente com docentes e coordenadores de cursos para desenvolver planos de ensino individualizados.

O CAIP adota um tipo de abordagem personalizada, que assegura que o currículo seja adaptado às capacidades e necessidades de cada aluno, promovendo uma educação que valoriza a individualidade e a potencialidade de cada um, independente de suas limitações (LOCKMANN; KLEIN, 2022, p.13).

A formação contínua dos docentes é uma outra frente promovida pelo CAIP. A capacitação constante dos professores assegura que eles estejam aptos a identificar e responder às necessidades dos alunos com deficiência de maneira eficaz. A oferta de workshops, cursos e outras atividades formativas pelo CAIP é um aspecto que

demonstra o compromisso do UNIFOA com a melhoria contínua do ensino inclusivo. Essa formação não se limita à aquisição de conhecimentos técnicos, mas também envolve a sensibilização para as questões de inclusão, o que é essencial para criar um ambiente de aprendizado verdadeiramente inclusivo (PIMENTEL; RIBEIRO, 2021).

Outro setor essencial do UNIFOA é o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), que atua diretamente no suporte acadêmico e psicológico dos estudantes. O NAP identifica e atende às necessidades de alunos que enfrentam dificuldades emocionais ou acadêmicas, oferecendo um acompanhamento contínuo e personalizado. Esse núcleo é vital para promover a saúde mental dos alunos e facilitar sua integração plena no ambiente universitário.

A atuação do NAP é caracterizada por um enfoque humanizado e individualizado, o que permite uma resposta eficaz às demandas específicas de cada estudante, contribuindo significativamente para a sua permanência e sucesso na universidade (LOCKMANN; KLEIN, 2022).

O UNIFOA oferece o Serviço de Saúde Integral, que é outro componente crucial da rede de apoio aos estudantes. Este serviço vai além do atendimento convencional, proporcionando um suporte holístico que abrange desde a saúde física até a saúde mental. A presença de profissionais qualificados e a oferta de serviços diversificados garantem que os alunos tenham acesso a cuidados que favoreçam seu bem-estar geral, o que é fundamental para o seu desempenho acadêmico e para a sua experiência universitária como um todo.

O UNIFOA, por meio de seus diversos setores e serviços, exemplifica uma abordagem abrangente e integrada à inclusão no ensino superior. A instituição não apenas adapta seus espaços físicos e disponibiliza tecnologias assistivas, mas também desenvolve uma cultura institucional que valoriza a diversidade e o respeito às diferenças. Essa cultura é refletida nas políticas institucionais e na atuação dos diversos núcleos e centros que compõem o sistema de apoio ao aluno. A inclusão é, portanto, tratada de maneira sistêmica, envolvendo todos os aspectos da vida acadêmica e assegurando que nenhum estudante seja deixado para trás (LOCKMANN; KLEIN, 2022, p 98).

A experiência no UNIFOA mostra que a inclusão no ensino superior requer uma estrutura bem delineada e um compromisso institucional com a promoção da igualdade de oportunidades. O exemplo do UNIFOA pode servir como um modelo

para outras instituições que buscam implementar ou melhorar suas políticas de educação inclusiva.

5. CONCLUSÃO

A análise dos marcos legais e normativos evidenciou que, ao longo dos anos, o Brasil tem avançado em termos de legislação e regulamentação, visando assegurar os direitos educacionais das pessoas com deficiência. As mudanças legislativas, como a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão e as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, refletem um compromisso crescente com a criação de um sistema educacional mais acessível e equitativo.

Apesar dos avanços normativos, o processo de implementação dessas políticas nas instituições de ensino superior revela um cenário complexo e repleto de desafios. As práticas adotadas por essas instituições para promover a inclusão demonstram tanto êxitos quanto dificuldades. Entre os êxitos, destaca-se o desenvolvimento de ações e programas específicos voltados para o apoio a estudantes com deficiência, como a adaptação de materiais didáticos, a disponibilização de recursos tecnológicos assistivos, e a capacitação de docentes para lidar com a diversidade. Essas iniciativas têm sido fundamentais para garantir o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior.

A análise específica sobre a inclusão de alunos com transtornos de aprendizagem, especialmente aqueles com dislexia, destacou um aspecto crucial da discussão sobre educação inclusiva. Embora existam práticas educacionais que favorecem a inclusão desses alunos, como o uso de metodologias diferenciadas e a flexibilização das avaliações, a realidade mostra que muitas vezes as estratégias adotadas são insuficientes ou mal implementadas. A falta de um diagnóstico precoce e de intervenções adequadas para esses alunos pode agravar suas dificuldades ao longo do percurso acadêmico, prejudicando seu desempenho e, conseqüentemente, sua permanência no ensino superior.

Embora o Brasil tenha avançado significativamente em termos de legislação e políticas voltadas para a educação inclusiva, especialmente no ensino superior, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essas políticas se traduzam em práticas eficazes e abrangentes. A inclusão plena só será alcançada quando houver uma articulação mais sólida entre as normas legais, as práticas institucionais e as demandas específicas dos estudantes com deficiência. Isso exige um esforço contínuo de adaptação, inovação e sensibilização por parte de todos os atores

envolvidos no processo educacional, com o objetivo de construir uma educação superior verdadeiramente inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Corumbá, v. 26, n.4, p. 673-688, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B8T8rMXW8BzMJnNq5JBsXqK/>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

BRASIL, Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Especial (PNEE)**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio D. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**. Campinas, v. 16, n. 1, p. 146-160, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/silva/Downloads/_012957mnemosine202052688.pdf. Acesso em 19 de jun. 2024.

FERRARI, A. L., SEKKEL, M. C. Educação inclusiva: uma questão de educação e de direitos humanos. **Revista Educação Especial**. Brasília, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2007.

FERRARI, Marian AL; SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 27, n.4, p. 636-647, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bv8ZgTdG4C7VMNZXzrDXdcz/abstract/?lang=pt>. Acesso em de 15 jul. 2024.

LIMA, Joselma Ferreira et al. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024: desafios e perspectivas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**. Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-14, 1 jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3514/3151>. Acesso em: 22 de ago. 2024.

LOCKMANN, K., KLEIN, A. Políticas de inclusão no ensino superior: o caso do UNIFOA. **Revista Inclusão e Diversidade**. Volta Redonda, v. 8, n. 3, p. 55-68, 2022.

LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane Ramos. Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 35, p. 1-20, 8 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/about/contact>. Acesso em: 10 set. 2024.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão no ensino superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 22, p. 105-113, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/n4ZQnWfkYt7W3YSrh3VMpmt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PIMENTEL, Susana Couto; RIBEIRO, Solange Lucas. Política de formação de professores para educação inclusiva: reflexões a partir do plano nacional de educação. **Cenas educacionais**. Catité, v. 4, p. 1-20, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11763/8032>. Acesso em: 29 de jul. 2024.

POKER, Rosimar Bortolini; OLIVEIRA MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de; GIROTO, Claudia Regina Mosca (Ed.). **Educação inclusiva: em foco a formação de professores**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2016.

ROMAN, Marcelo Domingues; MOLERO, Elaine Soares da Silva; SILVA, Carla Cilene Baptista da. Concepções de professores sobre a política de educação inclusiva: um estudo de caso. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kwdtR4NcmmmBqkBkN674L4v/>. Acesso em 9 de set. 2024.

SANCHES, Antonio Carlos Gonsales; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de. Educação inclusiva e alunos com transtorno mental: um desafio

interdisciplinar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 27, p. 411-418, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/xv3cvMXQbdr67y3C9fpRsvD/>. Acesso em: 13 de set. 2024.

SANTOS, Tatiana dos; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Política nacional para a inclusão no ensino superior: uma revisão da legislação. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**. Londrina, v. 16, n. 3, p. 194-200, 25 nov. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/silva/Downloads/nathaliadias,+Gerente+da+revista,+3104-11779-1-CE.pdf>. Acesso em: 18 de set. 2024.

SENNYEY, A., CAPOVILLA, F. C. MONTIEL, J. M. **Uma visão multidisciplinar dos transtornos de aprendizagem**. São Paulo: Artes médicas, 2008.

TOMELIN, Karina Nones et al. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Revista Psicopedagogia**. São Paulo, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v35n106a11.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Centro de Educação Inclusiva. Disponível em: <https://cei.unb.br/>. Acesso em: 20 out. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Disponível em: <https://www.nai.unicamp.br/>. Acesso em: 5 de set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Disponível em: <https://nai.ufmg.br>. Acesso em: 18 de ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Programa de Inclusão e Acessibilidade. Disponível em: <https://pia.ufpr.br>. Acesso em: 4 de abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Programa Incluir. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/incluir>. Acesso em: 15 de set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Programa de Acessibilidade Educacional. Disponível em: <https://acessibilidade.ufsc.br/>. Acesso em: 10 de out. 2020.